

Jornal Senado Mulher

Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

2015: Ano promissor para projetos da pauta feminina no Congresso

Waldemir Barreto



Ângela Portela (PT-RR)

“Em 2015, ao retornarmos às atividades legislativas, lutaremos pela reforma política e ampliação dos direitos das mulheres. A reeleição da presidenta Dilma Rousseff demonstrou a aprovação dos programas e das políticas públicas que, voltados para a promoção da cidadania das mulheres brasileiras, foram implantados nos últimos 12 anos”.

Marta Suplicy (PT-SP)

“Volto ao Senado com muita disposição e compromisso ao representar os interesses do meu estado (São Paulo) e do país, por justiça social, crescimento econômico, melhor qualidade de vida nas grandes cidades e somando esforços nas frentes de lutas por mulheres, bandeira que me fez ingressar na política. Espero que 2015 nos traga vitórias sobre a discriminação social, de gênero e orientação sexual.”



Alessandro Dantas - PT Senado

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

“Em 2014, tivemos uma vitória importante no Senado com a aprovação do projeto para incluir o feminicídio no Código Penal. Com apoio da bancada feminina, fizemos uma discussão muito firme sobre o PLS 292/2013, pois acreditamos que será um passo fundamental no combate à violência contra a mulher. Vou continuar trabalhando de forma intransigente para ampliar os direitos e fortalecer ainda mais a posição da mulher na sociedade brasileira.”



Arquivo pessoal

Lídice Da Mata (PSB-BA)

“Não é pouco o que plantamos no ano que se foi, alimentadas e movidas pelos nossos sonhos. A campanha política, que invade as nossas casas e nos convoca às ruas, mais que nunca revelou a sub-representação política do que é pauta viva e faz avançar a sociedade, a exemplo das mulheres. Para viver melhor em 2015 vamos começar por mudar as atuais regras desse jogo onde dinheiro na política está falando mais alto do que a democracia.”



Mamuela Cavadas

Pedro França



Maria do Carmo Alves (DEM-SE)

“Encerramos 2014 com a aprovação do projeto que altera o Código Penal e estabelece o feminicídio como um dos tipos de homicídio qualificado. Essa foi uma grande conquista contra o crime que é praticado por razões de gênero e que resulta na morte de uma mulher por hora no Brasil. Esperamos que 2015 seja um ano expressivo na discussão da agenda feminina no Congresso e que matérias importantes sejam apreciadas e aprovadas, para continuarmos avançando nessa luta, que não é só da mulher, mas de toda a sociedade.”



Reinaldo Ferrigno

Fátima Bezerra (PT-RN)

“Chego ao Senado movida pelo mesmo sentimento de 20 anos atrás, quando iniciei minha vida pública: contribuir por uma sociedade mais justa, sempre no trilho da



Alessandro Dantas lid.PT

Kátia Abreu (PMDB-TO)

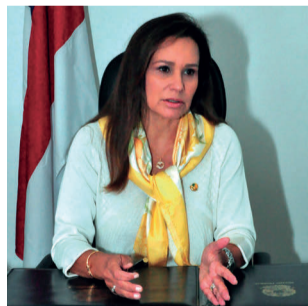
“As mulheres são fundamentais para o êxito da luta do nosso país contra a pobreza e a exclusão. Como Ministra da Agricultura, vou defender políticas públicas livres de preconceitos para aumentar o emprego, a educação e a saúde. Só assim acredito que poderemos favorecer a igualdade de oportunidades e garantir mais justiça e mais inclusão social.”



Geraldo Magela

Sandra Braga (PMDB-AM)

“Acredito que teremos um ano de muito trabalho e importantes discussões. Em início de mandato, estou em um momento de estudar os projetos em tramitação no Senado e quero colaborar, em parceria com as demais senadoras e senadores, com a discussão de projetos que visem à melhoria da vida das mulheres do meu país e, especialmente, do meu estado.”



Vagner Carvalho

Rose de Freitas (PMDB-ES)

“Aumentar a representatividade das mulheres em todos os níveis é importante para o fortalecimento da luta pela igualdade, que ainda não é reconhecida na sua plenitude em nossa sociedade. Inicio este mandato com muita disposição para somar esforços com as senadoras da bancada feminina em favor da ampliação dos direitos das mulheres nas áreas de saúde, educação, trabalho e moradia. Dessa forma poderemos vislumbrar um futuro em que mulheres e homens sejam parceiros em busca de uma vida com autonomia, igualdade e emancipação social.”



Notícias R7



Gerdan Wesley

Lúcia Vânia (PSDB-GO)

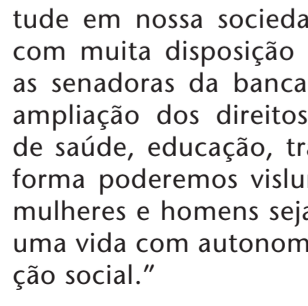
“No Congresso um grande avanço contra a violação dos direitos da mulher é a Lei Maria da Penha, da qual fui relatora, há nove anos. E uma contribuição importante a essa lei foi a aprovação, pelo Plenário do Senado, em 2014, do projeto de lei 292/2013, que tipifica o feminicídio. Ainda há muito o que se fazer, mas estamos caminhando.”

Arquivo pessoal



Simone Tebet (PMDB-MS)

“O ano de 2015 exigirá muito de todos nós. Tenho consciência da minha responsabilidade e do momento delicado que o Brasil atravessa. Que Deus nos dê sabedoria e coragem para cumprirmos nossa missão de servir ao Brasil e a nossa gente.”



Janeiro √ 30

1ª Reunião do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos



Com a presença de deputadas e senadoras, a reunião no Senado contou com representantes de 17 dos 21 partidos que compõem o Fórum. A principal deliberação foi a luta para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o fortalecimento da campanha permanente "Mais Mulher no poder. Eu assumo esse compromisso", da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Março √ 1º

Exposição fotográfica: "Mulheres: cotidiano e violência na construção de Brasília"



O Espaço Galeria foi aberto à comunidade entre os dias 1º e 14 para a mostra fotográfica organizada pelo Arquivo Público e a Casa Civil do DF com o registro dos 25 anos da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do DF.

A excelência no acolhimento foi lembrada pela então primeira dama do DF, Ilza Queiroz: "Esta foi uma das primeiras delegacias especializadas do país e cumpriu importante papel para o fortalecimento das mulheres que precisam de proteção em um momento de grande vulnerabilidade."

√ 19

Campanha institucional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) "Mulher na Política"



A cerimônia no plenário Ulysses Guimarães contou com a presença dos ministros Marco Aurélio Mello (STF) e Eleonora Menicucci (SPM-PR), do presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e de dezenas de lideranças políticas e do movimento de mulheres. Composta de cartaz, vídeo e spot de 30 segundos para rádio, a mensagem foi veiculada entre os dias 20 março e 30 de junho como incentivo à participação das mulheres nas eleições gerais de 2014.

√ 8

Quintas Femininas - Interlegis



A primeira edição do projeto Quintas Femininas em 2014 teve como tema: "O avanço das Políticas de Gênero no Legislativo Brasileiro".

Com mediação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o encontro contou com a presença das deputadas Elcione Barbalho (PMDB-PA), Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados e Jô Moraes (PCdoB-MG), coordenadora da Bancada Feminina na Câmara; de Tânia Mara de Almeida, coordenadora do Núcleo de Estudos e Políticas sobre a Mulher (Nepem-UnB); de Boris Utria, diretor de Operações do Banco Mundial, e de representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR); da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPP-PR) e da ONU Mulheres.

Março √ 25

Entrega do Prêmio Bertha Lutz



As cinco ganhadoras da 13ª edição do Prêmio Bertha Lutz foram agraciadas em Sessão Solene do Congresso Nacional. Nesse mesmo dia foi assinado acordo de cooperação técnica da campanha nacional "Compromisso e Atitude Pela Lei Maria da Penha", promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR) em favor da celeridade nos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e a correta aplicação da Lei.

Abril √ 1º

Programa Jovens Mulheres Líderes, da ONU Mulheres



Jovens selecionadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) visitaram o Senado e foram recebidas pela procuradora da mulher Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela saudou a iniciativa da ONU Mulheres de incentivar atividades de mulheres no comando dos poderes Executivo e Legislativo: "O esforço é preparar essas jovens para uma vida política ativa no nosso país. A iniciativa merece nosso apoio e incentivo".

√ 24

Quintas femininas - Câmara dos Deputados



Com o tema Direitos da Empregada Doméstica, a discussão foi aberta pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ), com mediação de Clara Monteiro.

O debate gerou em torno da necessidade da equiparação de direitos sociais historicamente negados às empregadas domésticas em comparação às demais categorias de trabalhadores e pela celeridade na tramitação do PLS 224/2013. O encontro teve como palestrantes Thiago Cortez, secretaria de Transparência do Senado Federal; Ângela Nascimento, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ângela Figueiredo, do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM-UnB).

Maio √ 8

Quintas femininas - Senado Atividade das parteiras tradicionais



Inspirado no Dia Internacional das Parteiras Tradicionais (05/05), o debate reuniu também enfermeiras e doulas (acompanhantes de parto). Elas defenderam o parto natural e humanizado, alertaram quanto ao aumento do número de cesáreas no Brasil, que nos últimos dez anos passou de 38% para 52%, e denunciaram a violência obstétrica. As parteiras pediram ainda respeito ao direito ao acompanhante na hora do parto, ao contato com o bebê e à amamentação na primeira hora de vida, tanto no serviço de saúde público quanto no privado.

Com mediação da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), teve como palestrantes Silvéria Santos, enfermeira e professora da UnB; Maria Luiza Dias, presidente da Rede Estadual das Parteiras do Amapá; Juliana Resende, enfermeira da Câmara dos Deputados e Jussara Vieira, coordenadora da Casa de Parto de São Sebastião-DF.

Maio √ 21

Campanha "Devolvam Nossas Meninas"



A Procuradoria Especial da Mulher entrou na campanha mundial pela localização de 276 adolescentes sequestradas de uma escola no norte da Nigéria no dia 14 de abril. Senadoras e senadores somaram-se a parlamentares dos Estados Unidos, China, França, Canadá e Reino Unido contra a ação do grupo rebelde islâmico Boko Haran, que ameaçava vender as meninas como escravas.

Junho √ 4

Campanha "Eu ligo 180"



A solenidade no dia 4 de junho no Salão Nobre do Senado reuniu dezenas de lideranças políticas e do movimento de mulheres para lançar a campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres "Eu ligo 180", que oferece serviços gratuitos, é disponível 24 horas todos os dias e preserva a identidade de quem liga.

Composta de um vídeo e cartazes com os atores Luana Piovani e Sheron Menezes, as peças publicitárias foram produzidas para divulgar a Central de Atendimento à Mulher criada em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Durante a cerimônia foi apresentado aplicativo para celular "Clique 180", feito pela ONU Mulheres em parceria com a SPM-PR. O dispositivo permite acesso direto à Central de Atendimento à Mulher 180, que recebe denúncias, fornece orientações e oferece conteúdos como a Lei Maria da Penha. Ele está disponível para os sistemas IOS e Android. Pode ser baixado na Apple Store ou na Google Play.

√ 10

Audiência com José Dias Toffoli, ministro do TSE



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral recebeu a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da mulher do Senado Federal e a deputada federal Elcione Barbalho (PMDB-PA), procuradora da mulher na Câmara dos Deputados, que propuseram firmar convênio de cooperação para realizar pesquisa sobre a participação política feminina nas eleições de 2014. O objetivo, de acordo com Elcione, é enfrentar a sub-representação política das mulheres: "Não é aceitável que em um país da importância do Brasil, com o nível de democracia que temos, as mulheres ocupem menos de 10% dos assentos no Parlamento".

Julho √ 1º

Mostra fotográfica "Mulheres Romany, Rostos e Identidades"



A exposição inédita no Brasil ficou montada no Espaço Galeria, no Anexo I do Senado, entre os dias 1º de julho e 2 de agosto.

Organizada pela Associação Internacional Maylê Sara Kalí, as 42 imagens mostraram o cotidiano e as atividades produtivas realizadas por mulheres de parte dos 291 acampamentos ciganos localizados em 21 estados brasileiros.

A iniciativa da Procuradoria da Mulher do Senado foi mostrar a necessidade de valorizar a etnia, muitas vezes levada ao isolamento e à invisibilidade pelo preconceito social.

Agosto ✓ 7

Quintas femininas – Senado
“Oito anos da Lei Maria da Penha”

Marcelo Favaretti



Durante o debate foram feitos esclarecimentos sobre medidas protetivas e a importância do acolhimento à mulher por profissionais qualificados. Foi discutida ainda a garantia da assistência jurídica, psicológica e de assistência social à mulher em situação de violência.

Palestrantes: Patrícia Bozolan, delegada-adjunta da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do DF; Thiago Cortez, assessor Especial da Secretaria de Transparência do Senado; Ben-Hur Viza, do Centro Judiciário da Mulher do TJDF e Miriam Pondaag, da Diretoria de Serviços Especializados para Família e Indivíduos, da Sedest-DF.

Setembro ✓ 4

Parlamentares do Brasil e da França discutem questões das mulheres

Waldemir Barreto



A reunião na Comissão de Relações Exteriores do Senado fez parte do intercâmbio de missões parlamentares para aprimoramento das relações políticas entre os dois países.

A delegação francesa foi presidida pela senadora Laurence Cohen, do Grupo Comunista Republicano e Cidadão e pelos senadores Nicolas Alfonsi, do Grupo Parlamentar de Agrupamento Democrático e Social Europeu; Georges Patient, do Grupo Socialista para o Suriname; Leila Aichi, do Grupo Ecologista, e Michel Savin, do Grupo União por um Movimento Popular.

Outubro ✓ 1º

Campanha internacional Outubro Rosa contra o Câncer de Mama, com o tema: “Câncer de Mama: é tempo de se cuidar”.

Ana Volpe



Durante todo o mês de outubro a ação iluminou os principais prédios e monumentos de Brasília com a cor rosa para chamar a atenção da sociedade pela prevenção da doença que vitima milhares de mulheres todos os anos no Brasil e no mundo.

O salão do Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, ficou lotado na noite do dia 1º de outubro como resultado da parceria entre o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, os Ministérios da Saúde, do Esporte, da Justiça, da Educação; Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR); Supremo Tribunal Federal (STF); secretarias de Estado da Mulher, Saúde, Cultura e do Esporte; Administração Regional do Guará; Defensoria Pública do DF; ONU Mulheres; Banco Mundial e de dezenas de entidades da sociedade civil, entre elas: Femama, Recomeçar, União Brasileira de Mulheres (UBM) e Unegro.

✓ 3

Data Senado divulga pesquisa sobre participação feminina nas eleições

Marcelo Favaretti



“A Representação da Mulher na Política Brasileira” foi o tema da pesquisa inédita do gênero realizada no país.

A enquete revelou a disposição das mulheres para a vida política e o incentivo a elas dado tanto pela família quanto pelo eleitorado. Por outro lado, a falta de apoio dos partidos foi pontada como a maior dificuldade encontrada por elas para concorrer a cargos eletivos.

Outubro ✓ 17

Quintas femininas – Senado
“Câncer de mama: informação transparente, decisão consciente”

Geraldo Magela



A discussão girou em torno do cumprimento do fluxo de atenção, que vem a ser a necessária continuidade do acompanhamento da usuária do Sistema Único de Saúde, com equipamentos adequados na rede hospitalar para detecção precoce do câncer de mama e do colo do útero com celeridade no tratamento para garantir maiores chances de cura.

Palestrantes: Carolina Fuschino, da Sociedade Brasileira de Mastologia; Arn Migowski, do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Lilian Marinho, da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos.

✓ 24

Quintas Femininas – Ministério do Esporte
“A prevenção como melhor atitude”

Marcos Oliveira



O autocuidado e o conhecimento do próprio corpo foram os principais aspectos discutidos pelos especialistas. Concluiu-se que a vida sem tabaco, sem álcool, com exames periódicos em dia, a alimentação saudável e a prática de atividades físicas regulares são atitudes desejáveis e fazem a diferença nas estatísticas quando a meta é salvar vidas.

Palestrantes: Fernanda Salum, mastologista Secretaria de Estado da Saúde do DF, Anderson Silvestrini, oncologista do Grupo Acreditar, e Joana Jeker, presidente da Recomeçar, entidade de Mulheres Mastectomizadas de Brasília.

Novembro ✓ 19

Campanha “16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”

Assis Melo



A Sessão Solene no Plenário do Senado contou com a presença de representantes das cerca de 40 instituições parceiras da campanha, entre elas o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e a ONU Mulheres. Órgãos públicos e entidades da sociedade civil do Brasil e de diversos países somaram esforços com ações educativas e de orientação às mulheres pelo fim da violência de gênero no período entre 20 de novembro, dia Nacional da Consciência Negra e 10 de dezembro, dia Internacional de Direitos Humanos.

✓ 24

I Seminário Nacional “Mulheres, Justiça Social e Participação Popular”

Marcos Oliveira



Entre os dias 24 e 26 de novembro, mulheres da floresta e ribeirinhas de Tefé-AM debateram o projeto “Somos Mulheres e Queremos Participar”, em favor do fortalecimento comunitário da Floresta Nacional (Flona).

Organizado pelo Centro de Estudos Superiores de Tefé e pela Universidade do Estado do Amazonas e coordenado pela professora Rita de Cássia Fraga Machado, o encontro contou com o apoio do prefeito Juçimar de Oliveira Veloso e da vice-prefeita Maria Trindade Celani. O resultado foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, uma conquista pioneira a servir de estímulo às cidades da região.

Novembro ✓ 27

Quintas femininas - Senado
“Uma abordagem sobre o assédio sexual”

Geraldo Magela



De acordo com os debatedores, a coragem de denunciar todo tipo de assédio e o apoio de instrumentos sociais como delegacias especializadas faz com que cada dia mais mulheres tornem públicas as agressões vividas no cotidiano

Palestrantes: Luiza Eluf, procuradora do Estado de São Paulo; Maria da Conceição Alves, consultora do Senado na área de Direitos Humanos, e Rodrigo Martins, diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado.

Dezembro ✓ 4

Quintas femininas - Câmara dos Deputados
“Violências que causam deficiências”

Cristina Horfii



A deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) destacou a dupla vulnerabilidade das mulheres e meninas com deficiência e pediu apoio ao projeto de lei 7048/2014, que torna obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência vítima de agressão doméstica ou familiar nos formulários de atendimento em órgãos do serviço público.

Palestrantes: Yara Souto, da Secretaria de Assuntos Legislativos da Câmara dos Deputados; Carolina Venut, do Ministério da Justiça; Eneida Paiva, do Ministério da Saúde e Solange Ferreira, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

✓ 9

3ª Reunião do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos

Marcelo Favaretti



A ministra Eleonora Menicucci fez um balanço geral das ações da SPM e convidou as lideranças para a construção da agenda de 2015. Ela ainda destacou a necessidade de se debater a Reforma Política. Entre os projetos sobre o tema está o PLS 295, de 2011, da Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que estabelece percentual de vagas destinadas a mulheres nas eleições proporcionais.

Eleonora divulgou o balanço da participação da mulher nas eleições de 2014, que consta do documento intitulado “A presença das mulheres no parlamento – 2014”, disponível em www.spm.gov.br.

✓ 18

Senado aprova inclusão do feminicídio no Código Penal

Marcos Brandão



Senadoras comemoraram a aprovação da proposta que tipifica o feminicídio como circunstância qualificadora de homicídio.

Antiga reivindicação do movimento de mulheres, o PLS 292/2013 havia sido sugerido no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que em 2013 investigou a violência contra a mulher no Brasil.

O texto aprovado determina pena de 12 a 30 anos de reclusão para o homicídio praticado contra a mulher por razões de gênero, quando houver violência doméstica ou familiar; violência sexual, mutilação da vítima ou emprego de tortura. O texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados para tramitação naquela Casa.



O Senado tem destinado atenção especial à eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. Desde a formulação de políticas públicas até a implantação de medidas legislativas, atuamos por um Brasil mais justo e equilibrado. É em busca de um país sem preconceito, justo e igualitário que tenho pautado todos os projetos em defesa da mulher.

Ao assumir a Presidência da Casa, uma das minhas iniciativas foi a criação da Procuradoria da Mulher. Neste propósito levei em conta o reconhecimento de que, sem a efetiva participação das mulheres, não lograremos os melhores resultados na defesa dos direitos e interesses desse segmento.

Em 2014, tivemos um ano muito produtivo no que se refere à implantação de medidas protetivas à mulher. O Senado aprovou importantes iniciativas sugeridas pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Entre os projetos já aprovados pelo Senado, destaco a proposta que insere no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) o feminicídio.

Foi aprovada, ainda em 2014, a responsabilização do Sistema Único de Saúde (SUS) o atendimento para mulheres vítimas de violência doméstica em geral. Ainda com relação à saúde da mulher, aprovamos a Lei nº 12.802/2013, que obriga o SUS a fazer cirurgia plástica reparadora da mama logo em seguida à retirada do câncer. Ficou também estabelecido que o encaminhamento das mulheres agredidas ao abrigo deverá ser comunicado em 24 horas ao juiz e ao Ministério Público para análise imediata dos requisitos da prisão preventiva do agressor. Outro projeto aprovado, também sugerido pela CPMI, classifica a violência doméstica como crime de tor-

tura. Também em 2014, comemoramos 8 anos da Lei Maria da Penha, marco legal que teve a honra e satisfação de aprovar em 2006, quando ocupei a Presidência do Senado.

O ano de 2015 nos traz novos desafios. Será mais um ano de lutas pela valorização das mulheres em todos os aspectos da sociedade. O Congresso irá manter uma postura altiva e não se furará ao papel de protagonista no combate a qualquer preconceito, violência e discriminação às mulheres. Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça temos o Projeto de Lei Complementar nº 297 de 2013m, que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional manutenção de casas abrigo que acolhem mulheres vítimas de violência. Nós temos o dever e a obrigação de ouvir os anseios das mulheres brasileiras e contribuir para que, no Brasil, homens e mulheres sejam, verdadeiramente, iguais, como determina nossa Constituição.

Renan Calheiros

PARLAMENTARES SE DESPEDEM DO SENADO E CONTINUAM NA LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ana Rita (PT-ES)

“Uma das grandes conquistas de nós mulheres, em 2014, foi a aprovação, no Senado, do Projeto de Lei do Feminicídio. O projeto é fruto do debate feito a partir da CPMI da Mulher, da qual fui relatora. Para 2015, é fundamental que o Congresso Nacional instale a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, também proposta pela CPMI, para acompanhar cotidianamente a situação da violência contra a mulher no Brasil”.



Geraldo Magela

Ivonete Dantas (PMDB-RN)

“Foi uma verdadeira honra cumprir o mandato de Senadora da República e contribuir para o desenvolvimento de nossa nação e das lutas das mulheres. Que em 2015 as causas da mulher avancem e possamos ter um país mais justo, igualitário e com os nossos direitos preservados.”



Diego Vail

BANCADA FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL INDICA 16 PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA VOTAÇÃO EM 2015		
PROPOSIÇÃO	EMENTA	TRAMITAÇÃO
PLS 294/2011 Ângela Portela	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer critérios mínimos para o pagamento de auxílio por natalidade no caso de mães que não tenham direito a licença-maternidade.	CAS
PLS 295/2011 Gleisi Hoffmann	Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais.	Plenário
PLS 74/2012 Ivone Dantas	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir nos currículos do ensino fundamental e médio conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso.	Plenário
PLS 75/2012 Maria do Carmo Alves	Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.	CCJ
PLS 113/2012 Marta Suplicy	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.	Plenário
PLS 179/2012 Sérgio Souza	Concede ao empregado a licença e o salário-maternidade por todo o período da licença-maternidade a que faria jus o cônjuge ou a companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.	Plenário
PLS 233/2013 Ataides Oliveira	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Plenário
PLS 328/2013 Pedro Tacques	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a necessidade da realização de audiência de admoestação para a soltura dos agressores.	CCJ
PLS 393/2013 Vanessa Grazziotin	Acrescenta o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ajuíze ação regressiva, visando ao ressarcimento das despesas decorrentes dos custos com o tratamento da vítima de violência doméstica e familiar, quando o agressor for enquadrado na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.	CCJ
PLS 132/2014 Aníbal Diniz	Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de 1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.	CCJ
PLC 2/2011 Alice Portugal	Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.	Plenário
PLC 16/2011 Elcione Barbalho	Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.	CCJ
PLC 16/2013 Rubens Bueno	Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.	Plenário
PLC 22/2013 Presidência da República	Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.	Plenário
PLC 69/2013 Sandra Rosado	Inscribe o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria.	Plenário
PLC 122/2013 Sandra Rosado	Inscribe o nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria.	Plenário

Fique atento:

✓ A primeira edição da revista IDEN, produzida pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, circulou como encarte do Jornal Senado Mulher de dezembro de 2014 e em breve estará disponível em http://www.senado.gov.br/senado/programas/pro_equidade. Ela nasceu da parceria com a Procuradoria Especial da Mulher no Senado com a finalidade de cumprir mais uma ação prevista no Plano de Ação, por ocasião da adesão do Senado ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, 5ª edição, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Editada pela Coordenação de Publicidade e Marketing (Comap), a publicação aborda com excelência temas como **Assédio Moral nas Relações de Trabalho; Violência Obstétrica; Ações Afirmativas; Desigualdade de gênero entre os estados brasileiros; A Lei Maria da Penha e a proteção ao trabalho** e traz ainda um ensaio sobre a beleza feminina. Tudo por meio de instigantes entrevistas, artigos, poesias e ilustrações.



Vale conferir!